

O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ  
ENTRE 1995 E 2009.

Monografia apresentada para obtenção do  
grau de bacharel em Ciências Econômicas,  
do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Paulo Mello Garcias

CURITIBA  
2010

**TERMO DE APROVAÇÃO**

RAFAEL PLASSE

O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ  
ENTRE 1995 E 2009.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



---

Prof. Paulo Mello Garcias  
Departamento de Economia, UFPR



---

Prof. José Guilherme Silva Vieira  
Departamento de Economia, UFPR



---

Prof. Luiz Xiscatti  
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, Dezembro de 2010

**SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. OS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS .....	7
2.1 DEFINIÇÃO DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO.....	7
2.2 MOVIMENTOS INTERNACIONAL DE CAPITAIS.....	8
2.3 MOTIVOS PARA REALIZAÇÃO DOS IDE'S.....	11
3. ESTUDOS FEITOS SOBRE OS IDE'S.....	14
4. IDE NO BRASIL.....	16
4.1 BREVE HISTORICO SOBRE OS IDE NO BRASIL.....	16
4.2 OS IDE NO BRASIL A PARTIR DA DECADA DE 90.....	19
4.2.1 ORIGEM DOS IDE.....	20
4.2.2 SETORES CONTEMPLADOS PELOS IDE.....	25
5. OS IDE NO ESTADO DO PARANÁ.....	30
5.1 DETERMINANTES DOS IDE NO PARANÁ.....	30
5.2 ORIGEM E DESTINO DOS IDE NO PARANÁ.....	33
5.3 MUDANÇAS PROPORCIONADAS PELOS IDE NO PARANÁ.....	36
6. CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das principais características do mundo globalizado é o esforço dos países em atrair Investimentos diretos externos (IDE's), por ser considerado um fator fundamental no que se refere ao crescimento econômico, principalmente para as economias emergentes.

O Brasil vem nas últimas décadas se consolidando no cenário mundial como uma boa opção de investimento para o capital estrangeiro, assumindo em 2007 a 4ª colocação no ranking dos países em desenvolvimento que mais recebem investimento direto estrangeiro (UNCTAD/SOBEET). Este sucesso se deve principalmente à abertura comercial, à estabilidade proporcionada pelo Plano Real e aos incentivos dados às empresas que instalam suas plantas no país.

O processo de industrialização do Paraná, também está ligado diretamente ao IDE's, visto que as maiores empresas que se encontram instaladas na região tem sua origem no capital estrangeiro. O início da implementação de empresas ligadas aos IDE's foi a partir da década de 70 com incentivos fiscais e implantação de projetos de infra-estrutura, atraindo grandes empresas como a VOLVO (1979), começando assim a formação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A CIC proporcionou melhores condições de crescimento e diversificação da indústria de transformação e serviços, e a expansão da área de ciência e tecnologia, dando condições para uma mudança no padrão de desenvolvimento da RMC.

Assim, diante da importância dos IDE's para a Região do Estado do Paraná, analisa-se neste trabalho a evolução deste capital instalado na região, quais são suas características e quais foram os determinantes para sua instalação. Levando em conta que essa evolução dos IDE's no Estado está inserida no cenário nacional, o trabalho parte de uma contextualização dos IDE's no Brasil. O período de estudo será entre 1995 e 2009.

Para a construção deste trabalho foram realizados estudos em diversos livros e artigos, além de pesquisas em sites da Internet como BACEN (Banco Central do Brasil), SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais),

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), entre outros. Os dados referente aos Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil, assim como os Investimentos Diretos Estrangeiros no Paraná, foram retirados do BACEN, os dados do Produto Interno Bruto do Brasil e do Paraná, foram retirados do BACEN e do IPARDES. Já os dados da evolução da Participação do valor adicionado estadual dos principais segmentos industriais do Paraná, foram retirados do IPARDES.

## 2. OS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS

### 2.1 DEFINIÇÃO DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Segundo SALVATORE (1998, p.213) existem dois tipos de investimento estrangeiros: investimento em *portfólio* e investimentos diretos. Os investimentos em *portfólio* são os ativos financeiros, como títulos de dívidas e ações, realizados principalmente por instituições financeiras como bancos ou fundos de investimentos. Já os investimentos diretos estrangeiros (IDE's) são investimentos reais em fábricas, bens de capital e estoques que envolvem capital e gerenciamento, nos quais o investidor detém o controle sobre o capital investido. No âmbito internacional, os investimentos diretos são geralmente realizados pelas corporações multinacionais que atuam nas áreas de fabricação, extração de recursos ou serviços. Os IDE's representam atualmente o maior canal para os fluxos internacionais do capital privado, e serão estes investimentos o alvo desta pesquisa, na forma e medida que se apresenta na economia paranaense.

Para KRUGMAN e OBSTFELD (2001, p.175) os investimentos diretos externos "são os fluxos internacionais de capital pelos quais uma empresa em um país cria ou expande uma filial em outro. A característica distintiva do investimento estrangeiro direto é que ele envolve não só uma transferência dos recursos, mas também a aquisição do controle". Isto é, a filial é parte da mesma estrutura organizacional da matriz.

SILVA (1981, p.175) coloca ainda que investimentos diretos estrangeiros "são aqueles que dão ao investidor o controle da empresa onde eles são aplicados. O Fundo Monetário Internacional considera investimento direto aquele em que mais de 50% do capital do empreendimento pertence a estrangeiros, ou mais de 25% pertence a um único investidor estrangeiro, desde que o restante do capital seja distribuído entre inúmeros acionistas nacionais".

Portanto IDE é um investimento que implica no controle administrativo da capacidade de produção e se efetiva pela transferência de recursos financeiros, tecnologia e outros fatores escassos no país anfitrião. Embora haja controvérsia quanto à maneira como o controle é exercido ou qual seria o prazo desses

investimentos, nesse trabalho será adotado os conceitos acima para efeito de coleta de dados e informações, adotando-se também o entendimento de CHESNAIS (1996, p. 54-56) para quem os IDEs são, de uma forma geral, derivados de; i) aportes líquidos de capital pelo investidor sob a forma de compra de ações, conversão de dívidas em ações, aumento de capital ou criação de empresas, ii) empréstimos no circuito matriz filial (empréstimos intercompanhia); iii) lucros não distribuídos (reinvestimentos).

## 2.2 MOVIMENTO INTERNACIONAL DE CAPITAIS

A integração das economias em âmbito internacional, ocorre com a possibilidade do movimento do capital produtivo e financeiro em escala planetária. Antes disso, porém, a integração de regiões tem como aliado o comércio internacional.

A partir do final do século XIX, e especialmente após a Segunda Guerra Mundial, junto com o crescimento e expansão do comércio internacional, o fluxo de capital e a migração de empresas multinacionais para todo o mundo passa a ocorrer intensamente.

Para SALVATORE (1998, p. 213), apesar do comércio internacional poder ser visto como substituto da mobilidade internacional de fatores produtivos, eles produzem efeitos econômicos muito distintos sobre as nações envolvidas.

As Empresas Multinacionais (EMNs) são responsáveis por grande parte do fluxo de capital, mão-de-obra e tecnologia. Ainda, segundo SALVATORE (1998, p. 213), “no contexto internacional, os investimentos diretos representam atualmente o principal canal para os fluxos internacionais do capital privado”.

Para HYMER (1978), a integração dos negócios internacionais pelas EMNs, medida em termos de IDE, se dá tão rapidamente quanto à integração internacional entre os países. Demonstra que existem efeitos positivos e negativos desta integração. Do lado positivo as EMNs, através do acesso aos mercados internacionais de bens, serviços, capitais e tecnologia, contribuem para integrar a economia mundial. Já do lado negativo, os IDEs podem provocar problemas

econômicos com a eliminação da concorrência e problemas políticos ao concentrar decisões e potencia financeiro.

É importante observar que as EMNs têm obtido mais êxito do que as empresas locais na exploração de mercados e no desenvolvimento de recursos, pois, têm vantagens específicas sobre suas concorrentes locais. A explicação é que elas têm acesso mais fácil ao capital oriundo de seu país ou estrangeiro, podem ser subsidiadas por seus governos e/ou processos, têm vantagens tecnológicas, como melhores produtos e/ou processos, têm produtos conhecidos e acima de tudo, através de sua produção multinacional, se beneficiam das economias de escala (KENEN, 1998, p. 183-186)

Segundo CHESNAIS (1996, p. 51-52), as três dimensões mais importantes de internacionalização do capital são o intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior (IDE) e os fluxos de capital financeiro. Porém é o movimento do capital produtivo que comanda a criação de valor e de riqueza.

O papel desempenhado pelo investimento internacional mostra-se ainda mais significativo quando se consideram as dimensões qualitativas do IDE. Não tem uma natureza de liquidez imediata e não se reduz a uma transação pontual. Ao contrario, introduz uma dimensão intertemporal e sua implantação origina fluxos de produção, comercialização e repatriação de lucros, ou seja, se estende, necessariamente, por longos períodos. Além disso, existe um componente estratégico na decisão do investimento da empresa, com a idéia de penetração, seja para esvaziar os concorrentes locais, seja para extrair as tecnologias locais. Este é um aspecto estratégico do investimento para tentar antecipar as ações e reações dos concorrentes (CHESNAIS, 1996, p. 54-55)

Para GONÇALVES (1998, p., 14), o movimento internacional de capitais assume importância por ter múltiplas funções, principalmente o financiamento do crescimento econômico, a estabilização dos ciclos e o ajuste das contas externas. Além disso, este movimento é um determinante do desempenho econômicos dos países, assim como as diretrizes, opções ou escolhas de política econômica. Nos últimos vinte anos, com o processo de globalização, o impacto do movimento internacional de capitais tornou-se mais significativo sobre as economias emergentes.

Ainda segundo GONÇALVES e outros (1998, p. 61-64), as EMNs desempenham um papel muito importante no comércio mundial de bens e serviços. No comércio internacional de bens, estima-se que as EMNs são responsáveis por  $\frac{3}{4}$  do comércio total dos países desenvolvidos. Em relação às transações internacionais de serviços, a atuação direta das EMNs através de subsidiárias e afiliadas é a forma predominante do processo de internacionalização. Isso é particularmente importante nas transações internacionais dos serviços de arrendamento mercantil, publicidade, contabilidade, seguros, processamento de dados e comércio. Nos casos de maior destaque, a venda das subsidiárias corresponde a cinco ou dez vezes mais do que as exportações diretas pela matriz. Além disso, é importante mencionar a tendência recente de diversificação dos IDEs através de aquisições e fusões, que tem levado ao fortalecimento de grandes grupos econômicos, principalmente das EMNs japonesas, estadunidenses e espanholas operando como conglomerados.

KRUGMAN (1999, p. 175) através da teoria do empreendimento multinacional, analisa porque as mesmas empresas produzem em diferentes países. A explicação tem dois principais motivos, a localização e a internacionalização. A teoria da localização é simples e baseia-se na existência de recursos geograficamente específicos, custos de transporte e outros tipos de barreiras comerciais. Portanto, verifica-se que os fatores que determinam o padrão de produção e comércio em geral são proximidade com as fontes de matérias-primas, com as unidades de mão-de-obra especializada e com o mercado consumidor.

Já a teoria da internacionalização analisa a relação entre importantes operações de uma multinacional em países diferentes. Por exemplo, a produção de uma filial num país é freqüentemente um insumo da produção da matriz ou de outra filial em outro país. A tecnologia desenvolvida em um país pode ser utilizada em outros países, ou o gerenciamento pode coordenar de maneira útil as atividades das empresas em diversos países. Estas relações intra-empresa integram as EMNs. É importante observar que as transações internacionais não precisam ser necessariamente aplicadas dentro de cada EMN. Os insumos podem ser comprados no mercado, assim como a tecnologia pode ser licenciada para que outras empresas a utilizem. A questão é que se torna mais vantajoso que essas transações se

realizem dentro das próprias EMNs. Por isso é que existem as empresas multinacionais e isto é denominado internalização (KRUGMAN, 1999, p. 175).

### 2.3 MOTIVOS PARA REALIZAÇÃO DOS IDEs

Existem várias razões para que ocorram investimentos externos. O principal motivo é obter maiores rentabilidades com investimentos em outros países. Porém, existem outros motivos que também influenciam a decisão de investir ou não em um país estrangeiro. Para SALVATORE (1998, p. 216), o motivo básico dos investimentos diretos é obter rendimentos mais elevados no exterior, provavelmente oriundos de taxas de crescimento econômico mais elevados em outros países, tratamento alfandegário mais favorável ou maior disponibilidade de infra-estruturas. Outro fator determinante na decisão do investimento é a diversificação dos riscos, os quais serão classificados adiante.

É importante frisar, afirma SALVATORE (1998, p. 217), que estas razões são necessárias mas não suficientes para explicar os fluxos dos IDEs. Não se explica por que os próprios indivíduos da nação não captam empréstimos no exterior e investem em seu país em lugar de aceitar investimentos externos, pois se espera que as empresas locais conheçam melhor o mercado nacional, a cultura e com isso tenham vantagens competitivas em relação às multinacionais. A melhor explicação é que existem grandes corporações que detêm conhecimentos de produção ou habilidades exclusivas e podem utilizá-las também no exterior, obtendo bons retornos ao capital investido e detendo o controle direto da produção. Isto caracteriza a integração horizontal, ou seja, “a produção no exterior de um produto diferenciado que seja também produzido internamente”.

Outra explicação importante é o desejo, por parte das multinacionais, de deter o controle de uma matéria prima necessária na produção de sua matriz, garantindo uma oferta ininterrupta ao menor custo possível. Esta prática caracteriza a integração vertical e é como mais se realizam investimentos externos em países em desenvolvimento (SALVATORE, 1998, p. 217).

É bom observar que os IDEs foram muito facilitados pelos rápidos avanços nos meios de transporte e nos meios de comunicação, como desenvolvimento de redes internacionais de transmissão instantâneas de dados.

Para definir os diversos fatores de atração e repulsão dos investimentos externos, deve-se classificar estes fatores em função do seu controle, taxa de retorno, risco, liquidez e tempo de duração ou permanência do investimento no país estrangeiro. O fluxo de IDE é caracterizado por permanecer sob o controle do investidor externo – que detém o controle sobre o capital investido – e por possuir baixa liquidez, uma vez que seu objetivo é constituir e participar de empreendimentos produtivos. Como a rentabilidade deste investimento direto está ligado com o desenvolvimento da empresa, a taxa de retorno é desconhecida e isto caracteriza o IDE como investimento de risco (HENNING, 1996, p. 79-81).

Este risco tem uma influencia direta na decisão da realização ou não do IDE. Pode ser classificado como risco cambial, de empreendimento e soberania. O risco cambial advém da variação da taxa real de cambio, que pode ser mais acentuada em uns países e menos em outros. Esta variação dificulta os investimentos, pois pode encarecer importações, comprometer as remessas de lucros e dividendos ou reduzir as exportações. Já o risco de empreendimento é aquele ligado ao desempenho da empresa, que por sua vez está ligado ao mercado interno. Assim, as condições e situações que afetam adversamente a estabilidade e o crescimento da economia local podem comprometer a rentabilidade do IDE. O risco de soberania é diretamente relacionado com o comprometimento do país em honrar seus compromissos tanto internos quanto externos (HENNING, 1996, p. 82)

HENNING (1996, p. 89-90) resume a questão dos motivos para realização dos IDEs. Taxa de retorno elevadas do investimento são determinantes para atrair os investidores, pois querem sempre maximizá-las. A estabilidade política da economia receptora é fundamental na decisão do investidor, pois pode influenciar o desempenho da economia e conseqüentemente alterar a decisão de investir. A instabilidade cambial é um fator de repulsão dos IDEs devido aos riscos cambiais, porém cabe salientar que como o investimento produtivo é de longo prazo, a taxa de câmbio de curto prazo tem uma influência menor.

A Teoria do Poder de Mercado desenvolvida por HYMER (1976) contribui para a compreensão dos motivos dos IDEs. Sua hipótese básica é de que as firmas locais possuem vantagens naturais em relação às empresas estrangeiras, associadas aos custos de adaptação que as firmas estrangeiras incorrem ao decidirem implantar uma filial em um novo país. O investimento direto ocorrerá somente se as firmas estrangeiras possuírem algum ativo específico que possibilite a superação de sua desvantagem natural em relação as concorrentes locais (CURADO, 1997, p. 233).

Porém, na visão de HYMER (1976), a motivação para a realização dos IDEs é derivada dos limites que existem no processo de oligopolização e também da possibilidade de obtenção de taxas de lucro supranormais. Ele parte da hipótese de que existe uma tendência a formação de estruturas de mercado do tipo oligopólica, devido aos processos de acordo/colusão entre firmas que possuam alguma vantagem em relação as suas concorrentes no mercado (CURADO, p. 234).

Mas o processo de oligopolização, que garante a obtenção de uma taxa de lucro supranormal, encontra um determinado limite. Este processo é fruto da posse de vantagens monopolísticas, por parte de um pequeno grupo de empresas, que através de acordos colusivos passam a elevar a concentração industrial do setor.

Conseqüentemente estas empresas elevam seu poder no mercado, mas este processo é limitado pelas dimensões do mercado local. No limite determina-se uma estrutura do tipo monopólio. O processo de internacionalização da produção constitui-se numa forma de superação dessa limitação e possibilita a manutenção do poder de mercado dessas empresas e, em última análise, a manutenção de uma taxa de lucro supranormal.

Portanto, nesta teoria a decisão de internacionalizar a produção é uma decisão interna a firma, motivada pelo limite do processo de oligopolização. Esta decisão de produzir externamente constitui-se numa alternativa viável a empresa apenas quando ela possui algum ativo específico, pois as firmas locais possuem vantagens em relação às estrangeiras (CURADO, 1997, p. 235).

### 3. ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE OS IDE's

Este capítulo visa demonstrar, através da apresentação de estudos e pesquisas, quais são os determinantes dos IDE's em países em desenvolvimento, quais são as novas evidências sobre os determinantes do investimento externo na Indústria de transformação brasileira e finalmente quais são os efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre a banda de histerese associada às decisões de investir.

Marcelo José Nonnenberg e Maria Jorge Cardoso de Mendonça (2004), dedicaram-se a realizar um estudo, sobre os IDE. Este estudo visava analisar quais são os determinantes dos IDE para instalação nos países em Desenvolvimento. Neste estudo os autores utilizaram-se para a análise, dados em painel e observaram que os principais determinantes dos IDE's são o tamanho do mercado, o ritmo de crescimento do produto, a qualificação da mão de obra (grau de escolaridade), a receptividade em relação ao capital externo, o risco país e finalmente o desempenho da bolsa de valores. Além de definir esses determinantes, através de análise de dados em painel, os autores observaram que ao contrário do que muitos acreditam os IDE não possuem grandes efeitos sobre o PIB, mas sim o inverso ou seja o PIB do País, que exerce grande influência sobre a entrada de IDE.

João Alberto de Negri e Luciana Acioly (2004) realizaram um estudo referente aos IDE's que visava determinar se fatores como comércio exterior, salário, escolaridade da mão-de-obra e escala de produção são, entre outras características, determinantes das atividades das firmas estrangeiras na indústria brasileira.

Para a realização dos estudos os autores utilizaram-se de dados do IBGE, Ministério do Trabalho, Secretaria do Comércio exterior, Ministério do Desenvolvimento e do BACEN. Como resultado da pesquisa Negri e Acioly chegaram à conclusão de que as empresas estrangeiras empregam mão-de-obra com grau de escolaridade superior às nacionais, e isso possibilita que essas possam usar de tecnologias mais sofisticadas que as nacionais. Concluíram também que as firmas estrangeiras, pagam um prêmio salarial maior que a media nacional, e com isso aumentam a eficiência e a competitividade no mercado, visto que com maior premio maior é a produtividade do funcionário. Com isso fica claro que as empresas

estrangeiras incorporam tecnologia e dinamismo ao setor industrial brasileiro, tal incorporação amplia a capacidade competitiva do Brasil.

Roberto Siqueira e Ajax R.B. Moreira (2005) investigaram o efeito da volatilidade da taxa de câmbio real sobre a banda de histerese associada às decisões de investir no aumento da capacidade de produção e na ampliação da capacidade de exportação de cada um dos 36 setores produtores de bens da matriz insumo produto da economia brasileira.

Para a realização desses estudos Siqueira e Moreira tiveram como base teórica a abordagem de Dixit, a qual mostra que quando o custo do investimento é parcialmente perdido no caso do abandono de um projeto – Custo afundado-, a incerteza da renda do capital faz com que os agentes tenham o comportamento singular de postergar as decisões de investir (abandonar) a atividade, mesmo que o valor presente dessa decisão seja positivo (negativo). Para investir, requerem uma rentabilidade superior àquela necessária sob certeza ou ausência de custo afundado. Uma vez que o investimento tenha sido realizado, continuam a operar mesmo que o nível de rentabilidade seja inferior ao requerido no ambiente de certeza. No estudo esta abordagem de Dixit foi estendida de forma a considerar o efeito da taxa de câmbio sobre as receitas e os custos dos agentes, e a aversão ao risco dos agentes.

Nesse estudo os autores chegam as seguintes conclusões: 1) Para custos afundados de até quatro vezes a margem anual, correspondente a um retorno de 24% - a opção de investir é exercida por 50% dos setores a partir da taxa de equilíbrio (R\$/US\$ 3); 2) Para custos afundados de até oito vezes a margem anual, correspondente à taxa de retorno de 12%, apenas taxas 50% maiores do que o câmbio de equilíbrio induzem a mesma percentagem dos setores a exercer a opção de investimento; 3) Para taxas de câmbio inferiores a R\$/US\$ 2 (0.75 da taxa de equilíbrio), alguns setores iniciam o processo de abandono de produção; 4) A escolha da forma da função de produção não altera substancialmente as escolhas do agente investidor; 5) A decisão de produção é insensível à flutuação da taxa de câmbio, se a banda de histerese é maior do que 80%; 6) O diferencial de preço entre o produto exportado e o doméstico é crítico para a decisão de aumentar as exportações, sendo a magnitude do custo da cadeia menos importante; 7) Supondo

um diferencial de preços de 0.8 em média, para taxas de câmbio 20% maiores do que a de equilíbrio (superiores a R\$/US\$ 3,5), os setores exercem a opção de realizar gastos para aumentar as exportações, e, para taxas 20% menores (inferiores a R\$/US\$ 2,4), os setores optam por abandonar os projetos de ampliação das exportações.

Assim é visto que em todos estes estudos há uma convergência para idéia de que para haver a realização dos IDE deve haver uma diferenciação do mercado de destino desses investimentos em relação a outros mercados, seja esta diferenciação considerando o tamanho do mercado, o risco país, mão de obra qualificada, diferencial de preços, entre outros.

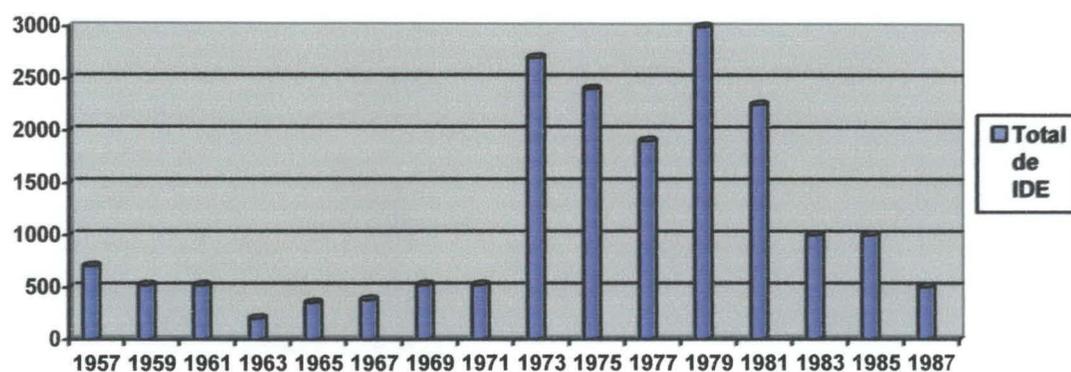
#### **4. INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO BRASIL**

Neste capítulo, será analisado o fluxo dos investimentos diretos do exterior para o Brasil, segundo o país de origem e em relação ao setor de destino. Além disso, será detalhada a distribuição do IDE no Brasil, segundo os principais países de origem e os respectivos setores de realização desses investimentos.

##### **4.1 BREVE HISTÓRICO DO INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NO BRASIL**

Após o Plano de Metas, na década de 1950, houve queda do ingresso de IDE no Brasil, principalmente devido a incertezas de natureza econômica e política dos anos 60. Após 1968 o Brasil iniciou uma fase de recuperação econômica, quando houve crescimento do PIB, estabilização da moeda e políticas favoráveis ao capital estrangeiro, fatos que propiciaram o retorno dos IDE's ao país (POSSAS, 1983). Esse processo ganha impulso principalmente a partir de 1973. O ingresso médio de investimentos externos no Brasil entre 1969 e 1972 foi de U\$ 680 milhões (valores da época) e entre 1973 e 1981 de U\$ 2,478. Para efeitos de comparação, o ingresso desses investimentos no Plano de Metas, entre 1956 e 1961, foi de U\$ 521 milhões (gráfico a seguir).

Gráfico 1 – Investimento Direto Externo no Brasil em Milhões de US\$



FONTE: Elaboração própria com base nos dados do BACEN

O que causou essa recuperação exuberante? Seguindo o pensamento de POSSAS (1983), devem-se analisar os determinantes externos e internos concomitantemente. No cenário internacional houve um forte aumento dos fluxos de investimento externo com origem nos países desenvolvidos, principalmente os EUA (principal país de origem dos IDE's no Brasil de 1970). O início da década de 1970 também revela o começo de um ciclo de expansão das multinacionais européias, tendo como principal destino os Estados Unidos. Porém, o Brasil também teve sua participação aumentada como país hospedeiro entre os anos de 1970 e 1980, sendo o principal destino desses investimentos entre os países em desenvolvimento. A partir de 1973, com a crise do petróleo "o aumento do custo de energia e matéria-prima na economia mundial favoreceu investimentos do tipo orientado para os recursos em atividades intensivas em recursos naturais – siderurgia, celulose, etc". (CHUDNOVSKY, 1999, p.33).

Após 1974 houve uma mudança na política econômica ante os investimentos estrangeiros. Embora até 1973 houvesse incentivos ao ingresso de IDE, não havia um direcionamento claro para esses investimentos. Segundo LESSA (1988) o II PND vai adotar uma política explícita de direcionamento dos investimentos para setores específicos, seja pela demanda originada nas estatais, seja por meio de incentivos diretos a alguns setores industriais. As prioridades agora estão bem definidas, são os setores de bens de capital e insumos básicos. A seletividade é explicada pelo desejo do governo em buscar um equilíbrio entre as empresas

privadas nacionais, as estrangeiras e as empresas estatais. O equilíbrio desse tripé seria obtido seguindo três orientações: a) ao Estado caberia a responsabilidade pela estratégia, pelas funções públicas propriamente ditas, pelos setores de infraestrutura econômica (energia, transporte, comunicações) e pelas áreas de Desenvolvimento Social; b) para a empresa estrangeira haveria uma "...explicitação de forma dinâmica e continuamente atualizada, das prioridades para sua atuação no país, em termos de função a desempenhar e de setores para onde se destinar preferencialmente", (II PND, apud LESSA, 1988, p.27); c) a terceira orientação era no sentido de fortalecimento da empresa privada nacional, sendo o Estado responsável através de sua estratégia de desenvolvimento.

Em LESSA (1998) pode-se observar também que até 1973 a expansão dos investimentos foi determinada pelo aumento da renda da classe média e alta, e pela ampliação das facilidades de financiamento das compras e endividamento do consumidor, fatores que, impulsionados indiretamente pelo Governo, causaram aumento da demanda e, conseqüentemente, dos investimentos em produção de bens duráveis, com crescimento substancial do PIB. De 1973 a 1979 houve grande elevação do ingresso de investimentos diretos externos no Brasil, o que leva à conclusão que seus determinantes foram: a) o regime de crescimento adotado pelo Governo no período anteriormente citado, já que em economias com mercado interno aquecido há um encorajamento para as empresas reinvestirem seus lucros, ao invés de repatriá-los para as matrizes, b) as vantagens já mencionadas concedidas pela política econômica ante o capital estrangeiro. Além disso, as empresas multinacionais valeram-se na época de suas vantagens de monopólio ou oligopólio, derivadas da tecnologia ou da patente que eram inacessíveis ao concorrente local.

Na década de 80, a instabilidade e a estagnação do mercado interno desestimularam o fluxo de IDE's para o país. Com isso os Investimentos Diretos que se apresentavam no patamar de 2,3 bilhões de dólares no início da década, despencam, em apenas 5 anos, para pouco mais de 500 milhões (LAPLANE E SARTI, 1999).

## 4.2 OS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 90

A partir de 1990, a política econômica brasileira seguiu as reformas estruturais implementadas na maioria dos países da América Latina, com o objetivo de obter estabilidade de preços e estabelecer condições favoráveis ao crescimento econômico liberado pela iniciativa privada. Estas reformas que visavam promover ganhos de eficiência na alocação de recursos, buscaram facilitar a abertura comercial e financeira, a privatização e a desregulação do mercado (LAPLANE E SARTI, 1999).

Ainda segundo LAPLANE E SARTI, as mudanças no sistema de regulação do capital estrangeiro atraíram os IDE's, por meio da eliminação das restrições à atuação das empresas multinacionais na economia. Os dispositivos fiscais e cambiais que restringiam a saída dos capitais investidos (em forma de lucro e dividendos) e induziam os reinvestimentos, foram bruscamente reduzidos com o mesmo objetivo, ou seja, atrair investimento estrangeiro. É importante ressaltar que as dimensões e o dinamismo do mercado interno a partir da década de 1990 – em especial a partir de 1994 – reforçados pelo Mercosul, contribuíram para que o fluxo de IDE's aumentasse em grandes proporções. Esta maior integração da economia brasileira com a economia mundial garantiu um maior fluxo de IDE's para o país.

TABELA 1 – IDE's E PIB NO BRASIL – 1993 - 2009

ANO	IDE (US\$ bilhões)	PIB (US\$ bilhões)	IDE/PIB (%)
1993	0,7	429,6	0,1
1994	2,0	543,0	0,3
1995	4,1	770,3	0,5
1996	7,6	840,2	0,9
1997	15,3	871,2	1,7
1998	23,2	843,9	2,7
1999	27,5	586,7	4,6
2000	29,8	644,9	4,6
2001	21,0	553,7	3,7
2002	18,7	504,3	3,7
2003	12,9	553,6	2,3
2004	20,2	663,7	3,0
2005	21,5	882,4	2,4
2006	22,3	1088,7	2,0
2007	33,7	1366,5	2,4
2008	43,4	1636,0	2,6
2009	30,4	1577,2	1,9

FONTE: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central

Pode-se observar nessa tabela, uma tendência à evolução dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, a partir de 1994. Esta evolução se expressa muito forte quando se observa os valores absolutos, no entanto observa-se uma queda como em relação ao percentual do PIB a partir de 2000. Isto revela que o crescimento do PIB foi maior que o crescimento dos IDE's.

Ocorrem duas mudanças notáveis no perfil do investimento estrangeiro direto no período analisado. Uma delas é relacionada ao perfil de origem dos países emissores dos investimentos diretos e a outra relacionada ao perfil setorial dos investimentos. Essas questões serão abordadas e analisadas nos próximos itens do presente capítulo.

#### 4.2.1 ORIGEM DOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS

Na década de 1990, houve um boom de investimento estrangeiro muito rápido e concentrado no tempo. Foi um processo tão intenso e veloz, que transformou profundamente a origem da propriedade do capital estrangeiro no Brasil. Países com relativamente baixa participação no estoque de capital estrangeiro até 1995, ganharam destaque, como Espanha, Países Baixos (Holanda). Estas mudanças estão claras nas tabelas a seguir.

TABELA 2 - Investimento Direto Estrangeiro no Brasil – 1995 a 2009 – Distribuição por país de origem (US\$ MILHÕES)

Países	1995		1996		1997		1998		1999	
	Estoque	%	Ingressos	%	Ingressos	%	Ingressos	%	Ingressos	%
Alemanha	5.828.04	13.9	212.02	2.7	195.93	1.2	412.79	1.7	480.83	1.7
Canadá	1.818.98	4.3	118.51	1.5	66.20	0.4	278.63	1.2	445.37	1.6
Estados Unidos	10.582.18	26.0	1975.38	25.7	4382.33	28.6	4692.47	20.1	8087.61	29.3
Frância	2.031.46	4.8	969.94	12.6	1235.25	8.0	1805.39	7.7	1982.13	7.1
Itália	1.258.56	3.0	12.30	0.1	57.40	0.3	646.60	2.7	408.51	1.4
Ilhas Cayman	891.68	2.1	655.68	8.5	3382.88	22.09	1807.17	7.7	2114.54	7.6
Japão	2.658.52	6.3	192.19	2.5	342.11	2.2	277.77	1.1	274.27	0.9
Países Baixos	1.545.80	3.7	526.77	6.8	1487.87	9.7	3364.99	14.4	2042.47	7.4
Paraná	677.41	1.6	674.74	8.9	904.04	5.9	152.73	0.6	89.74	0.3
Reino Unido	1.862.61	4.4	91.46	1.1	182.52	1.1	127.9	0.5	1268.83	4.6
Suíça	2.815.30	6.7	108.78	1.4	81.17	0.5	217.05	0.9	404.54	1.4
Outros	10.402.49	24.94	2.802.46	36.5	3.897.29	24.45	9.755.15	41.9	10.062.79	36.4
Total	41.695.62		7.665.49		15.310.95		23.270.77		27.571.89	

continua

NOTA: Elaboração própria com base nos dados do BACEN

TABELA 2 - Investimento Direto Estrangeiro no Brasil – 1995 a 2009 – Distribuição por país de origem (US\$ MILHÕES)

Países	2000		2001		2002		2003		2004	
	Ingresso	%	Ingressos	%	Ingressos	%	Ingressos	%	Ingressos	%
Alemanha	374,56	1,25	1.47.46	4,97	628.29	3,34	507.61	3,93	794.93	3,92
Canadá	192,82	0,65	441.10	2,09	989.35	5,26	116.78	0,9	592.54	2,92
Estados Unidos	5.398,71	18,07	4.464.93	21,2	2.615.58	13,9	2.382.75	18,46	3.977.83	19,62
Países Baixos	1.909,71	6,39	1.912.82	9,09	1.814.97	9,66	825.23	6,39	485.86	2,26
Paraná	488,02	1,63	281.27	1,33	472.50	2,51	390.44	3,2	429.21	2,11
Ilhas Cayman	2.034.50	6,81	1.755.07	8,34	1.554.46	8,27	1.905.58	14,7	1.521.80	7,5
Japão	384,74	1,29	826.60	3,92	504.48	2,68	1668.35	12,9	243.17	1,19
Países Baixos	2.228,04	7,46	1.891.85	8,99	3.372.46	17,9	1.444.88	11,19	7.704.85	38,0
Panamá	21,38	0,07	132.99	0,63	146.41	0,77	147.47	1,14	150.52	0,74
Reino Unido	393,74	1,32	416.23	1,97	474.36	2,52	254.22	1,97	275.36	1,35
Suíça	306,84	1,32	181.78	0,86	347.36	1,84	335.36	2,59	364.58	1,79
Outros	16.143,31	54,03	7.689.60	36,54	5.859.08	30,2	2.923.74	22,66	3.724.69	18,37
Total	29.876,37		21.041,70		18.778.305		12.902.41		20.265.34	

NTE: Elaboração própria com base nos dados do BACEN

TABELA 2- Investimento Direto Estrangeiro no Brasil – 1995 a 2009 – Distribuição por país de origem (US\$ MILHÕES)

Países	2005		2006		2007		2008		2009	
	Ingresso	%	Ingresso	%	Ingresso	%	Ingresso	%	Ingresso	%
Alemanha	1.269.32	5,89	848.27	3,81	1756.78	5,2	1036.57	2,38	2459.2	8,07
Canadá	1.435.32	6,66	1235.51	5,51	818.35	2,4	1438.02	3,36	1371.41	4,5
Estados Unidos	4.644.16	21,57	4433.68	19,94	6039.19	17,6	6917.95	15,90	4878.32	16,02
França	1.458.41	6,77	744.59	3,34	1214.40	3,6	2856.13	6,56	2136.48	7,01
Itália	345.68	1,6	200.73	0,9	258.98	0,7	326.27	0,75	214.69	0,7
Ilhas Cayman	1078.73	5,01	1974.39	8,8	1604.47	4,7	1554.67	3,5	1091.97	3,58
Japão	799.08	3,71	647.52	2,9	464.93	1,3	4098.78	9,4	1672.58	5,49
Países Baixos	3207.92	14,90	3494.94	15,7	8116.13	24,0	4623.68	10,63	5721.78	18,79
Panamá	165.56	0,76	139.25	0,62	143.90	0,4	96.04	0,22	132.20	0,43
Reino Unido	153.26	0,71	395.18	1,77	1003.54	2,9	641.00	1,47	1025.17	3,36
Suíça	341.54	1,58	1631.01	7,3	858.58	2,5	772.86	1,77	369.07	1,21
Outros	6622.59	30,7	6486.23	29,1	11425.33	33,8	19127.33	43,98	9371.08	30,78
Total	21.521.57		22.231.30		33704.58		43486.30		30443.97	

NTE: Elaboração própria com base nos dados do BACEN

Numa primeira análise os cinco países com maiores investimentos diretos no Brasil até o ano de 1995 eram, em ordem decrescente, Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Japão e França. Em 2006 destacam-se, em ordem decrescente, Estados Unidos, Holanda, Ilhas Cayman, Suíça e Espanha e, em 2009, Holanda, Estados Unidos, Espanha, Alemanha, França, respectivamente. Nota-se que nestes três períodos, diferentes países vêm se revezando no topo dos países que mais realizaram investimentos no país. Isto mostra o grande interesse que o Brasil está despertando para diversas economias.

No ano de 1996, assim como nos anos de 1997 e 1999, os Estados Unidos foram os que mais realizaram investimento diretos no Brasil, com 25,8% do total de

investimento externos. Porém, alguns países que até 1995 tinham uma modesta participação no estoque de IDE's, passaram a ser grandes investidores, como é caso do Panamá (8,8%) e das Ilhas Cayman (8,5), países considerados paraísos fiscais. É importante ressaltar que o grande aumento no fluxo de IDE's relacionado aos paraísos fiscais, deve-se ao fato de que os dados consideram o país remetente dos recursos e não o país sede da empresa multinacional.

Ainda em 1996, a França (12,7%) e a Espanha (7,65%) tiveram um expressivo aumento no fluxo de IDE's em relação a anos anteriores e foram, respectivamente, o segundo e o quinto país que mais realizaram investimentos diretos em 1996.

Tradicional investidores como Alemanha – que até 1995 era o segundo maior país com investimentos no Brasil – e o Japão – quinto país até 1995 – apresentavam sinais de retração na emissão de IDE's. Em 1996 foram o nono e o décimo primeiro país, respectivamente, que realizaram investimentos no Brasil.

Em 1997, as Ilhas Cayman continuaram a enviar um grande fluxo de IDE's e foi o segundo país que mais realizaram investimentos diretos no Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. Esta crescente participação de investimentos por parte das Ilhas Cayman se deve principalmente por este país serem considerados um paraíso fiscal. Os Países Baixos, a França e o Panamá, enviaram também grandes fluxos e foram, respectivamente, o terceiro, o quarto e o quinto país que mais realizaram investimentos diretos no país. Portugal e Espanha já estavam se destacando no fluxo de investimento com, respectivamente, 4,45 e 3,56% do fluxo total de IDE's para o Brasil.

No ano de 1998, a Espanha deu um grande salto e foi o país que mais realizou investimentos diretos no Brasil, com 22% do total do fluxo. Este aumento de investimentos diretos da Espanha deve-se, em grande parte, ao fato da compra da estadual Telesp, pela espanhola Telefônica, do setor terciário de telecomunicações. Neste ano os Estados Unidos ficaram logo atrás da Espanha e foram o segundo país, com 20,16% do fluxo total de IDE's. Os países Baixos mantiveram a terceira posição, porém aumentaram seu fluxo de investimento diretos, em termos absolutos, de US\$ 1.488 milhões para US\$ 3.365 milhões. As Ilhas Cayman reduziram o fluxo de IDE's e ficaram na quarta posição, com uma queda de 22,09 para 7,77% de 1997 para 1998. A França foi o quinto país que mais realizou investimentos diretos no país

e Portugal manteve a sexta posição, porém com um aumento de 4,45% em 1997 para 7,54% do fluxo total de IDE's para o Brasil em 1998.

No ano de 1999, os Estados Unidos ultrapassaram a Espanha e ficaram novamente com a primeira posição, com um expressivo valor (US\$ 8.088 milhões), o que representou 29,33% do fluxo total de IDE's. Portugal foi a surpresa, sendo o terceiro país que mais investiu diretamente no Brasil neste ano, com 8,74US\$ do fluxo total. As Ilhas Cayman mantiveram a quarta posição e os Países Baixos reduziram o fluxo de IDE's em relação a 1998 e ficaram com a quinta posição.

Em 2000, a Espanha voltou a ser o país com maior fluxo de IDE com 32,11% do fluxo total. Os Estados Unidos ficaram com a segunda posição e Portugal manteve a terceira posição. Os Países Baixos inverteram a posição com as Ilhas Cayman em relação ao ano de 1999 e foram, respectivamente, o quarto e o quinto país com maior fluxo de IDE's para o Brasil.

Em 2001, é os Estados Unidos o país que mais realiza investimento direto estrangeiro com um montante de 4.464,93 milhões de dólares que corresponde a 21,21% do total do fluxo de IDE, a Espanha reduziu sua participação no montante de IDE e ficou com a segunda posição com 13,14%, seguida por França 9,09%, Países Baixos 8,9% e Ilhas Cayman 8,3% que novamente ficou na quinta colocação.

No ano de 2002 há um anseio dos países estrangeiros quanto à política a ser adotada pelo novo Governo (Governo Lula) e isto contribui para que os Estados Unidos e a Espanha reduzissem seus investimentos no país em 41,44% e 78,78% respectivamente. Não seguindo o mesmo caminho, os Países Baixos aumentam seus investimentos em 178,26% e assumem o posto de país que mais realizou investimentos diretos naquele ano, com 17,95% do total dos IDE. Em segundo lugar ficou os Estados Unidos com 13,92%, a França manteve sua terceira posição com 9,66%. Ilhas Cayman passa da quinta para quarta colocação com 8,2% e a quinta colocação fica para Bermudas que aumenta em 242,02% seu investimento no país, ficando com 7,8% do total de IDE, sendo o país surpresa deste ano.

Em 2003 apesar de se manter os baixos valores de investimento direto no país os Estados Unidos voltam a ser o país com o maior volume de investimento direto com 18,46% do total de investimentos, seguido respectivamente por Ilhas Cayman com 14,8%, Países Baixos com 11,19%. O Japão volta a aparecer entre os

cinco países com maior volume de investimentos diretos, ocupando a quarta posição com 10,6% do total. Na quinta colocação ficou a França com 6,3% e um montante de investimentos de 825,23 milhões de dólares.

No ano de 2004 o montante de investimento direto começa a se recuperar da queda sofrida em 2002 e os Países Baixos se destacam na primeira posição dos países que mais realizaram investimentos diretos naquele ano, com 38,01%, que corresponde a 7.704,85 milhões de dólares. Na segunda posição ficou os Estados Unidos com 19,62%, seguido das Ilhas Cayman com 7,5%, Espanha com 5,2% e a Alemanha volta, depois de muitos anos, a aparecer entre os países com maior volume de investimentos, com 3,92%. No entanto, isto se deve muito mais ao baixo volume de investimentos feitos por outros países do que pelo aumento de investimentos feitos pela Alemanha.

Em 2005 os IDE já apresentam índices bem mais favoráveis do que os anos anteriores e é os Estados Unidos o país que mais realiza investimentos diretos com 21,57% do total. Os Países Baixos reduziram seu montante de investimentos e voltaram a ser o segundo país com maior volume de investimento, com 14,9%. O México aparece como a surpresa deste ano aumentando em 2.753% seus investimentos diretos e ficando com 7,7% do total dos IDE e com a terceira posição. Na quarta posição ficou a França com 6,77% e a quinta posição ficou com o Canadá com 6,66%.

No ano de 2006 os Estados Unidos e os Países Baixos mantiveram suas posições com 19,92% e 15,72% respectivamente. Ilhas Cayman ficam com a terceira posição com 8,88%, seguida por Suíça com 7,33%, que se apresenta como a surpresa deste ano, devido ter aumentado o montante de seus investimentos diretos em 477%. A quinta posição deste ano fica com a Espanha, com 6,8% do total dos IDE.

Em 2007 Estados Unidos e Países Baixos invertem suas posições e juntos concentram 41,99% dos investimentos diretos totais do ano, sendo 24,08% por parte dos Países Baixos e 17,91% por parte dos Estados Unidos. Luxemburgo aparece na terceira posição com 8,47%, na quarta posição aparece à Espanha com 6,41% e a quinta posição fica para Alemanha com 5,21% dos Investimentos Diretos totais.

No ano de 2008 os Estados Unidos reassume a primeira posição dos países que mais realizam investimentos diretos no país com 15,76% do total. Luxemburgo supera os Países Baixos em volume de investimentos diretos e assume a segunda posição com 13,52% contra 10,53 dos Países Baixos. A quarta posição fica com o Japão com 9,33% e a quinta posição fica com a Espanha com 8,6% do total dos IDE.

Em 2009, como reflexo da crise mundial ocorrida em 2008, ocorre uma queda no volume dos investimentos de 30,62% em comparação com 2008, e os Países Baixos é o país que mais realiza investimentos no Brasil, com 18,79% do total dos IDE, seguido pelos Estados Unidos que detém 16,02%. Na terceira posição aparece a Espanha com 11,21%, seguido por Alemanha com 8,07% e França com 7,01% que ficam respectivamente na quarta e quinta posição.

É importante observar que países como Espanha e Holanda aumentaram muito sua participação no fluxo de IDE's destinado ao Brasil recentemente, (a Holanda por exemplo passou de 3,71% em 1995 para 18,79% em 2009 a sua participação no total dos IDE's) isto se deve as suas especializações, principalmente, nas áreas de telecomunicações e intermediação financeira. Essas áreas requerem alta tecnologia e grande volume de capital, requisitos preenchidos pelos países citados.

Junto com a mudança no perfil dos países que realizam investimentos diretos, observado anteriormente, ocorreu também uma mudança no perfil setorial, que será objeto de estudo a seguir.

#### 4.2.2 SETORES CONTEMPLADOS PELOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Em 1995, 82,5% do estoque de IDE estava concentrado em 15 setores. O setor industrial possuía 66,63% do estoque de IDE e os serviços participavam com 30,85% desse estoque. Dentro da atividade secundária, a indústria química absorvia 12,79% do total do estoque de 1995 e a produção de veículos automotores detinha 11,60% daquele total. A participação relativa da produção de máquinas e equipamentos, item componente da Formação Bruta de Capital fixo (FBCF), era de 5,62% do estoque de IDE acumulado até 1995.

Porém, a partir de 1995, o perfil dos investimentos diretos estrangeiros mudou de comportamento no que se refere ao setor de destino. Os investimentos direcionados ao setor industrial, que representavam 66,93% do capital acumulado até 1995, representaram apenas 33,71% do capital acumulado até 2000 e 39,16% no fluxo de 2009 para o Brasil. Enquanto isso, os investimentos estrangeiros diretos nos setores de serviços representavam apenas 30,85% do estoque de capital estrangeiro até 1995, mas passaram a representar 63,96% do capital acumulado até 2000 e 46,13% no fluxo de 2009.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos IDE's nas principais atividades econômicas, com dados de estoque de investimentos até 1995 e fluxo entre 1995 e 2009.

TABELA 3 - IDE – Distribuição por atividade econômica no Brasil (em %) – 1995 a 2009

Setores	continua					
	1995 Estoque	1996 Ingresso	1997 Ingresso	1998 Ingresso	1999 Ingresso	2000 Ingresso
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2,22	1,44	2,98	0,61	1,53	2,17
Extração de minerais metálicos	1,36	0,34	2,20	0,22	0,18	0,45
Extração de petróleo e serviços correlatos	0,17	0,61	0,07	0,12	1,08	1,61
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	0,50	0,49	0,00	0,21	0,00	0,00
Outros agricultura	0,19	0	0,71	0,06	0,27	0,11
<b>Indústria</b>	<b>66,93</b>	<b>22,70</b>	<b>13,30</b>	<b>11,89</b>	<b>25,40</b>	<b>16,97</b>
Fabricação de produtos químicos	12,79	2,89	2,40	1,53	4,61	3,68
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	11,60	3,73	1,45	4,56	6,64	3,22
Metalúrgica básica	7,21	0,39	0,00	0,51	0,41	0,82
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	6,78	2,43	2,11	0,57	4,50	3,21
Fabricação de máquinas e equipamentos	5,62	2,34	1,35	0,75	0,32	1,94
Outros Indústria	19,20	10,92	5,99	3,97	8,92	4,10
<b>Serviços</b>	<b>30,85</b>	<b>75,86</b>	<b>83,72</b>	<b>87,50</b>	<b>73,07</b>	<b>80,86</b>
Serviços prestados principalmente às empresas	11,88	26,30	34,95	26,72	10,92	2,73
Comércio por atacado e intermediários do comércio	5,11	2,70	4,51	4,68	5,62	2,97
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	3,93	4,95	10,43	25,42	6,08	21,26
Eletricidade, gás e água quente	0,00	21,22	23,21	9,46	10,77	9,95
Correio e telecomunicações	0,96	7,97	5,43	11,02	29,45	36,53
Outros Serviços	9,93	12,72	5,19	10,20	10,23	7,42

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do BACEN

TABELA 3 - IDE – Distribuição por atividade econômica no Brasil (em %) – 1995 a 2009

Setores	continuação					
	2001 Ingresso	2002 Ingresso	2003 Ingresso	2004 Ingresso	2005 Ingresso	2006 Ingresso
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	7,09	3,39	11,52	5,29	10,19	6,13
Extração de minerais metálicos	0,27	0,18	7,13	2,48	4,62	1,76
Extração de petróleo e serviços correlatos	6,46	2,70	2,82	0,14	4,16	3,30
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	0,15	0,26	1,32	0,82	0,97	0,79
Outros agricultura	0,21	0,25	0,25	1,85	0,44	0,28
<b>Indústria</b>	<b>33,27</b>	<b>40,23</b>	<b>34,92</b>	<b>52,83</b>	<b>29,75</b>	<b>39,33</b>
Fabricação de produtos químicos	7,34	8,37	7,09	6,72	3,54	5,10
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	7,36	9,35	7,48	4,19	4,29	1,29
Metalúrgica básica	2,04	0,73	2,71	4,03	1,44	7,70
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2,67	9,97	3,17	26,37	9,64	3,32
Fabricação de máquinas e equipamentos	1,63	2,08	1,98	1,54	1,18	1,93
Outros indústria	12,23	9,73	12,49	9,98	9,66	19,99
<b>Serviços</b>	<b>59,63</b>	<b>56,36</b>	<b>53,55</b>	<b>41,86</b>	<b>60,05</b>	<b>54,53</b>
Serviços prestados principalmente às empresas	3,31	4,21	6,43	4,36	13,83	4,79
Comércio por atacado e intermediários	2,59	3,03	3,20	3,20	3,16	4,11
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	9,38	6,24	2,99	4,17	4,12	11,90
Eletricidade, gás e água quente	6,85	8,16	5,03	5,82	7,29	10,48
Correio e telecomunicações	19,63	22,31	21,77	14,65	13,47	5,46
Outros Serviços	17,87	12,41	14,13	9,66	18,18	17,79

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BACEN

TABELA 3 - IDE – Distribuição por atividade econômica no Brasil (em %) – 1995 a 2009

Setores	conclusão		
	2007 Ingresso	2008 Ingresso	2009 Ingresso
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	14,78	29,61	14,69
Extração de minerais metálicos	9,56	24,25	4,28
Extração de petróleo e serviços correlatos	1,92	3,05	8,32
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	0,94	1,13	0,75
Outros agricultura	2,36	1,18	1,34
<b>Indústria</b>	<b>36,09</b>	<b>31,93</b>	<b>39,16</b>
Fabricação de produtos químicos	1,74	1,79	2,47
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	2,58	2,19	7,10
Metalurgia básica	13,94	11,35	12,37
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	5,39	5,10	1,78
Fabricação de máquinas e equipamentos outros indústria	1,27	1,15	1,28
Outros industria	11,17	10,35	14,16
<b>Serviços</b>	<b>49,12</b>	<b>38,45</b>	<b>46,13</b>
Serviços prestados principalmente às empresas	0,89	0,84	0,83
Comércio por atacado e intermediários do comércio	1,19	3,73	4,84
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	17,29	8,66	8,22
Eletricidade, gás e água quente	1,83	2,07	3,18
Correio e telecomunicações	0,91	1,01	1,01
Outros serviços	28,31	22,14	28,05

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do BACEN

Um primeiro aspecto sobre a distribuição setorial dos influxos de investimento estrangeiro direto tem caráter mais geral. Segundo um estudo realizado pela SOBEET (2001), o ingresso de IDE foram motivados por expectativas quanto ao mercado interno e não quanto à formação de uma plataforma exportadora.

Neste estudo é citado um documento da UNCTAD, no relatório World Investment Report 2000, onde é especificado que os ingressos de IDE para o Brasil de 1996 a 1999, sob a forma de fusões e aquisições (objeto de estudo adiante), foram quase totalmente direcionados para a produção de bens não transacionáveis, ou seja, para a produção de bens manufaturados e serviços para o mercado doméstico. Portanto, o ingresso de IDE nesse período, não ajudou muito a transformar a estrutura exportadora do país. É importante observar que a participação das fusões e aquisições no total de fluxos de IDE em 1998 chegou a 89,9%.

A mudança do perfil dos setores de investimento estrangeiro fica evidente neste período. Esta mudança está associada à privatização dos setores de infraestrutura, principalmente telecomunicações, cuja participação foi de quase um quarto, segundo dados do BACEN, do total de IDE's entre 1996 e 2000 e 28,31% para fluxo do ano de 2002.

Concomitantemente à queda da participação relativa das atividades secundárias nos fluxos de IDE, há a elevação da parcela relativa aos serviços do estoque de 1995 para o estoque do ano 2000 e para o fluxo de 2009. Deve ser dada uma atenção especial nos investimentos diretos dos capitais externos aos serviços relativos a telecomunicações e à intermediação financeira. Junto, ambos os setores foram responsáveis por 28,57 % do total de IDE acumulado até o ano de 2000, e por 18,2% para o ano de 2007.

Merece destaque a elevada da participação dos investimentos diretos nos setores de comércio, por atacado e varejo, intermediação financeira e serviços prestados a empresas, pois estes setores englobam empresas cuja atividade é a participação societária (holdings) e que, portanto, distribuem os recursos recebidos do exterior para empresas de outros setores (SALMÓRIA, 2002, p.50).

Ainda, segundo SALMÓRIA (2002, p. 50-51), com a entrada de IDE's no sistema financeiro nacional, pode-se afirmar que a maioria dos bancos estrangeiros

que investiu no Brasil durante os últimos anos, buscou no mercado financeiro brasileiro boas oportunidades de compra de bancos nacionais sob intervenção do governo federal, através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), ou instituições sadias, que apresentavam altas taxas de rentabilidade sobre o patrimônio líquido. A perspectiva do governo com este programa, de queda nas taxas de juros com a entrada de bancos estrangeiros, não se concretizou, pois a competitividade entre os bancos não aumentou. Os bancos estrangeiros, ao contrário, aplicaram políticas similares aos bancos aqui instalados, não reduzindo as taxas de juros aos agentes econômicos.

Essa prevalência das inversões no setor terciário na conformação do valor acumulado até 2000, apenas reflete o padrão mais geral dos investimentos em nível mundial. A distribuição do IDE, sob a forma de fusões e aquisições, vem se concentrando no setor terciário desde 1997, atingindo 60% dos fluxos em 1999. Ademais, a distribuição dentro do setor de serviços dos fluxos acumulados até 2000 revela a prevalência das telecomunicações, dos serviços de intermediação financeira e dos serviços prestados a empresas e reflete a distribuição das inversões mundiais sob a forma de fusões no setor terciário. (SALMÓRIA, 2002).

É certo que houve direcionamento dos fluxos de IDE para as áreas de telecomunicações, intermediação financeira e prestação de serviços ao longo da década de noventa e a demanda por reestruturação na oferta desses serviços, em especial à telecomunicações. Parte desse direcionamento deve-se, é verdade, ao processo de privatização de ativos públicos ocorrido no período de 1996 a 2000, por exemplo, Telebrás em 1998 e Banespa em 2000.

Segundo os dados do censo de Capitais Estrangeiros para os valores acumulados para o ano de 2005, os países que mais investiram diretamente no setor de telecomunicações no Brasil, foram México (43,36%), Países Baixos (31,11%), Espanha (13,3%), Estados Unidos (6,93%). No Setor de intermediação financeira, no mesmo período, os países que mais realizaram investimentos diretos foram Espanha (31,85%), Países Baixos (21,9%), Estados Unidos (18,94%).

Assim, grande parte dos investimentos diretos espanhóis para o país se destinou aos setores de telecomunicações e intermediação financeira. Os dois setores representaram, juntos, 79,5% dos fluxos acumulados de IDE espanhóis no

Brasil no período de 1995 a 2005. As aquisições em telecomunicações somaram 41,7% e as aquisições de intermediação financeira 37,8%. Os investimentos em gás e eletricidade representaram 7,5% do fluxo espanhol e os serviços prestados a empresas 6,5%.

Os investimentos estadunidenses foram melhores distribuídos que os espanhóis neste período. O setor de telecomunicação foi mais uma vez o ramo que mais atraiu investimentos dos Estados Unidos, 22,7% do ingresso de IDE's bruto. Os investimentos direcionados à prestação de serviços à empresas atraiu 12,5% do fluxo de investimentos dos Estados Unidos no período. Porém, o setor que absorveu significativos fluxos de IDE's neste período (intermediação financeira) de países como Espanha e Holanda, compreende apenas 4,5% do fluxo de investimentos diretos estadunidenses para o Brasil.

Quase um terço dos investimentos diretos holandeses no Brasil neste período, foi destinado à intermediação financeira. À exemplo do IDE estadunidense a Holanda também orientou uma parcela significativa de suas aquisições de ativos nacionais no segmento prestador de serviços a empresas (21,3%). As aquisições de telecomunicações representaram significativos 17,9% do fluxo holandês de IDE para o país neste período.

## **5. OS INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO ESTADO DO PARANÁ**

Neste capítulo será analisado o fluxo dos investimentos diretos do exterior para o Estado do Paraná, segundo o país de origem e em relação ao setor de destino. Será feita também uma comparação desse fluxo com o fluxo destinado para o Brasil como um todo. Além disso, serão analisados os determinantes dos IDE's no Estado do Paraná, assim como as mudanças advindas da instalação dos IDE's no Paraná.

### **5.1 DETERMINANTE DOS IDE's NO PARANÁ**

Assim como no Brasil a partir de 1970 é que se deu início a maior inserção dos IDE's no Estado do Paraná. No entanto a década de 80 é marcada pela crise da

divida, estagnação da industrialização e conseqüentemente uma estagnação da entrada dos IDE's. O início da década de 90 apresenta características do passado recente, ou seja, a estagnação. Porém esta característica não é mantida e nem predomina para o restante da década de 90 e nem para a década de 2000.

Segundo LOURENÇO (2003, p.121) a década de 90 foi marcada, justamente pelo resgate da "vontade industrializante no Paraná", interrompida durante uma década e meia por conta, especialmente, dos "constrangimentos macroeconômicos" ao crescimento do país. Tal mudança de postura aconteceu em meio a um cenário de elevação da taxa de investimento na economia brasileira, associada à ampliação da banda de previsibilidade no cálculo econômico, proporcionada pela estabilidade monetária.

Assim diante de uma nova tendência de crescimento dos Investimentos Diretos, iniciou-se uma competição entre regiões para receber a instalação das novas indústrias. Como coloca BOTEGA (2003), com a abertura da economia brasileira, a competitividade entre os estados se tornou mais acirrada, pois todos queriam atrair investimentos para poder gerar mais renda e emprego. O Estado do Paraná, entre outros, eram um dos que estavam investindo no seu crescimento e desenvolvimento estrutural e industrial. Mas para que isso ocorresse de fato, o Paraná tinha que competir com outras fortes regiões como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul que eram, e continuam sendo as regiões mais atrativas para empresas que estão se instalando no Brasil, nesses últimos anos. A essa disputa dá-se o nome de Guerra Fiscal. As empresas que fizeram explodir a Guerra Fiscal, foram as montadoras de automóveis. Estas buscavam as melhores regiões que pudessem oferecer maiores incentivos, bem como infra – estrutura.

Segundo ARBIX (2002. p.109) a guerra foi chamada de fiscal por estar baseada no jogo com a receita e a arrecadação futura do ICMS. Envolve porém, diferentes taxas e financiamentos para capital de giro e infra – estrutura, incluindo terraplanagem, vias de acesso, terminais portuários, ferroviários e rodoviários, assim como malhas de comunicação e mesmo a diminuição das tarifas de energia elétrica. Nos municípios, taxas de IPTU e ISS oferecidos por até 30 anos.

Ainda segundo ARBIX o Paraná foi um dos primeiros Estados a se engajar na guerra fiscal. Em março de 1996, o governo do estado, o município de São José dos

Pinhais e o Fundo de Desenvolvimento Econômico assinaram um protocolo com a Renault. O Programa denominado Paraná Mais Emprego era um pacote de incentivos fiscais e vantagens dadas à montadora que optou pelo Estado do Paraná em 1998. A multinacional francesa recebeu primeiramente o terreno no município de São José dos Pinhais de cerca de 2,5 milhões de m<sup>2</sup>, seguido de uma área no Porto de Paranaguá, 40% do capital investido viria do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico) – que mantém recursos dos royalties de Itaipú e do extinto Badep – sob responsabilidade do Estado, isenção de impostos locais por 10 anos, prazo de 4 anos para iniciar a arrecadação do ICMS – prazo esse prorrogado por mais 5 anos em 2001 – a energia seria fornecida a uma taxa 25% inferior a praticada no Estado (ARBIX, 2002)

Em contrapartida a Renault prometeu uma geração de 1500 empregos diretos e não poderia sair do estado em 20 anos, sob pena de multa de R\$ 50,5 milhões. Visava consolidar sua presença no Mercosul, produzindo o Megane Scénic.

Após as Negociações com a Renault, viria também agregar o pólo automobilístico do Estado a montadora Volkswagen/Audi e a montadora Crysler. Participando também do Programa Paraná mais Emprego.

No entanto além dos incentivos fiscais, outros fatores foram decisivos para que o Paraná ganhasse a competitividade com outros estados. LOURENÇO (1994) coloca que os fatores que ampliaram a competitividade do Paraná frente a outras regiões foram: estrutura produtiva em permanente expansão, reduzida atuação sindical em contraste com outras regiões de alta concentração industrial, situação geográfica privilegiada – próximo aos compradores do Mercosul, condições infra-estruturais adequadas como moderna área de telecomunicações, energia elétrica e transportes, crescente parque fornecedor das plantas instaladas na CIC, potencial de qualidade da mão-de-obra e investimentos do governo em recuperação da infraestrutura. NOJIMA (1996) ainda coloca dentre esses fatores: parque metal-mecânico, várias instituições de ensino, pesquisa e mão-de-obra qualificada (UFPR, LACTEC, TECPAR, antigo CEFET), localização estratégica e entroncamento rodoviário para escoamento no Porto de Paranaguá.

## 5.2 ORIGEM E DESTINO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

Após a década de 90 com a chegada das montadoras, o Paraná retomou seu processo de industrialização atraindo para o Estado, além de grandes plantas multinacionais automobilísticas, também seus fornecedores.

A evolução da entrada dos IDE's no Paraná, impulsionada principalmente pela instalação das montadoras, pode ser vista na tabela abaixo, que entre outros, apresenta a participação do Paraná no total de entrada dos IDE's no Brasil.

**TABELA 4 - Estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil e no Paraná - Distribuição por Países segundo a Origem dos Recursos – 1995**

País	Paraná US\$ milhões	%	Brasil US\$ milhões	%	Paraná/Brasil
Estados Unidos	130.475	14.12	10.852.183	26.02	1.2
Argentina	116.950	12.66	393.597	0.94	29.71
França	111.694	12.09	2.031.459	4.8	5.49
Suíça	107.546	11.64	2.815.302	6.75	3.82
Suécia	73.968	8.00	567.159	1.36	13.04
Países Baixos	67.718	7.33	1.545.798	3.7	4.38
Japão	67.674	7.32	2.658.517	6.37	2.54
Panamá	42.298	4.57	677.480	1.62	6.24
Outros	205.253	22.22	20.154.129	48.33	1.01
Total	923.576	100	41.695.624	100	2.21

FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do BACEN

**TABELA 5 - Estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil e no Paraná - Distribuição por Países segundo a Origem dos Recursos - 2000**

País	Paraná US\$ milhões	%	Brasil US\$ milhões	%	Paraná/Brasil
Países Baixos	587.110	20.91	11.055.332	10.73	5.31
Suécia	457.176	16.28	1.578.645	1.53	28.96
Luxemburgo	446.714	15.91	1.034.112	1.00	43.19
Estados Unidos	306.482	10.91	24.500.107	23.78	1.25
Suíça	246.989	8.79	2.252.052	2.18	10.96
França	155.182	5.52	6.930.850	6.72	2.23
Espanha	143.501	5.11	12.253.090	11.89	1.17
Japão	121.178	4.31	2.468.157	2.39	4.9
Alemanha	75.297	2.68	5.110.235	4.96	1.47
Outros	267.580	9.5	35.831.929	34.78	0.74
Total	2.807.209	100	103.014.509	100	2.72

FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do BACEN

TABELA 6 Estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil e no Paraná - Distribuição por Países segundo a Origem dos Recursos – 2005

País	Paraná US\$ milhões	%	Brasil US\$ milhões	%	Paraná/Brasil
França	1.639.063	21.82	12.238.006	7.51	13.39
Países Baixos	1.156.119	15.39	27.012.256	16.59	4.27
Reino Unido	930.555	12.39	3.491.377	2.14	26.34
México	857.971	11.43	15.050.777	9.24	5.7
Estados Unidos	574.760	7.65	27.096.549	16.64	2.12
Suécia	423.499	5.6	802.267	0.49	52.78
Alemanha	375.634	5.0	7.250.882	4.45	5.18
Espanha	320.817	4.27	17.588.920	10.80	1.82
Suíça	163.803	2.18	2.843.595	1,74	5.76
Chile	157.161	2.09	638.066	0.39	24.63
Japão	155.366	2.06	3.261.433	2.00	4.76
Outros	754.362	10.04	45.533.155	27.96	12.57
Total	7.510.110	100	162.807.283	100	4.6

FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do BACEN

Numa primeira análise vemos que no ano de 1995 o Paraná detinha um estoque de IDE de US\$ 923,576 milhões, representando 2,21% do total do Brasil. Participação modesta quando comparada a do Estado de São Paulo que na mesma época detinha US\$ 27.699,344 milhões, contribuindo com 66,5% do total brasileiro. Esta grande diferença se deve principalmente pelo atraso paranaense em relação aos Investimentos Diretos Externos. No entanto apesar do relativo atraso, em 1995 o estado do Paraná aparece na quinta posição entre os estados que mais receberam a entrada de IDE, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas gerais e Rio Grande do sul.

Em 1995 os principais países de origens dos IDE's para o estado do Paraná eram os Estados Unidos, Argentina, França e Suíça. Diferentemente do que acontecia no Brasil onde as principais origens eram os Estados Unidos, Alemanha, Suíça e Japão. Nota-se que os Estados Unidos e a Suíça mantiveram sua importância tanto para o Brasil quanto para o Paraná, no entanto, outros Países surgem com grande importância para o Estado, como a Argentina segundo país com a maior origem de IDE, isto devido principalmente pela proximidade entre as duas localidades e pela implementação do mercosul, e a França terceiro país com a maior origem dos IDE para o Estado.

Quanto a alocação desse Investimentos temos que o Estados Unidos, país que mais investe no Paraná no ano de 1995, destina a maior parte de seus recursos aos setores de Fabricação de produtos químicos e Fabricação e montagem de veículos automotores. A Argentina destina a maior parte de seus recursos nos setores de telecomunicações. A França no setor de Fabricação de produtos químicos. E a Suíça destina a maior parte de seus recursos ao setor de Fabricação de produtos alimentícios e bebidas.

A evolução dos IDE's é vista com clareza quando analisamos os estoques de 1995 e 2000, onde temos uma triplicação dos valores, passando de US\$ 923,576 em 1995 para US\$ 2.807209 bilhões em 2000. Este fato se deve principalmente a formação do pólo automobilístico na região Metropolitana de Curitiba. No ano de 2000 temos que o Paraná mantém a quinta posição entre os estados que mais recebem IDE, atrás dos mesmos estados citados para o ano de 1995.

Ainda no ano de 2000 temos que os principais países de origem dos IDE para o estado do Paraná são os Países Baixos, Suécia, Luxemburgo, Estados Unidos, Suíça e França novamente um quadro diferente do que aparece quando analisamos o Brasil onde temos como principais países os Estados Unidos, Espanha, Países Baixos e França.

Quanto a alocação dos investimentos no ano de 2000 temos que os Países Baixos, destina 23,38% de seus recursos a área de telecomunicação, assim como a Suécia e Estados Unidos que destinam 40,5% e 18,75% de seus recursos respectivamente. Já Luxemburgo destina 43% ao setor Fabricação e montagem de veículos automotores.

Em 2005 também é notável a evolução dos IDE no Estado onde temos um aumento de 167% no estoque de IDE quando comparamos o ano de 2000 com 2005, alcançando um montante de US\$ 7.510110 bilhões. Neste ano o Paraná assume a terceira posição entre os Estados que mais recebem IDE, ultrapassando Minas Gerais e Rio Grande do sul e ficando atrás de somente São Paulo e Rio de Janeiro.

Entre os principais países de origem dos IDE no ano de 2005 para o Estado do Paraná temos a França, Países Baixos, Reino Unido e México, mantendo assim a tendência de um quadro diferente do apresentado para o Brasil, no qual os principais países naquele ano são Estados Unidos, Países Baixos, Espanha, México.

Notavelmente temos a manutenção da importância dos Países Baixos e do México tanto para o Brasil quanto para o estado do Paraná.

Ainda no ano de 2005 temos que o principal destino dos investimentos provindos da França destina-se ao setor de Fabricação e montagem de veículos automotores. Países Baixos e o México destinam respectivamente 37% e 95% de seus recursos ao setor de Telecomunicação. O Reino Unido destina 34% ao setor de intermediação financeira.

Deste modo analisando os países que mais investem no estado e os destinos dos investimentos desses países, podemos dizer que de modo geral no período entre 1995 e 2005 os setores que mais receberam investimentos no Paraná foram os setores de telecomunicação e de montagem de veículos automotores.

### 5.3 MUDANÇAS PROPORCIONADAS PELO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO ESTADO DO PARANÁ

As características agrícolas do Estado do Paraná não foram abandonadas durante o processo de maior industrialização, causado pela entrada dos IDE, porém a própria agricultura se modificou através da agroindústria, representada principalmente pelas cidades do oeste do estado com suas Cooperativas que tiveram suas exportações aumentadas na década de 90 e 2000.

Segundo RODRIGUES (2001) o estado do Paraná passou por mudanças significativas que influenciaram suas características. Essa mudança de visão do estado do Paraná como somente agrícola, mudou sob influência direta do processo de industrialização embasado nos IDE. Foi de responsabilidade das empresas estrangeiras trazer para o estado as tecnologias e inovações, bem como os melhores salários e aumentar assim a competitividade do Paraná frente a outros estados. Algumas dessas mudanças referem-se ao aumento do Estoque de IDE, alteração dos destinos dos IDE, aumento do PIB paranaense e alteração no valor adicional da indústria.

Como vimos nas tabelas 4,5 e 6 o estoque de capital estrangeiro vem aumentando constantemente, passando de US\$ 923.576 milhões em 1995 para US\$ 2.807209 bilhões em 2000 e para US\$ 7.510110 bilhões em 2005, e possibilitando

que o Paraná deixasse a quinta posição dos países que mais recebem investimentos diretos estrangeiros em 1995 para assumir a terceira posição em 2005, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro.

As tabelas 4,5 e 6 nos possibilita também observar a variação entre os anos dos países que mais investem no Paraná, nota-se a importância que a França detém quanto aos IDE, visto que esta sempre entre os países que mais realizam Investimento diretos estrangeiros, chegando em 2005 ser o país com maior estoque de IDE no Paraná.

Quanto a evolução do PIB paranaense, este pode ser observado através da tabela 7, onde a partir de 1996, ano de início da implementação dos IDE, há um salto considerável do PIB, e a partir desse ano notamos um aumento constante do PIB, excetuando os anos de 2005 e 2009, onde temos um crescimento negativo, sendo este último reflexo da crise econômica mundial de 2008.

TABELA 7 - PIB DO ESTADO DO BRASIL E DO PARANÁ DE 1994 a 2009

ANO	PARANÁ (MILHÕES)	Brasil (BILHÕES)	VARIAÇÃO REAL ANUAL PARANÁ	VARIAÇÃO REAL ANUAL BRASIL
1994	21.304	543,0	5.51	4.19
1995	38.369	770,3	1.78	2.07
1996	48.199	840,2	7.24	2.15
1997	53.014	871,2	1.54	2.38
1998	57.101	843,9	3.20	0.04
1999	63.389	586,7	0.50	0.25
2000	69.131	644,9	5.38	4.31
2001	76.413	553,7	3.83	1.31
2002	88.407	504,3	1.98	2.66
2003	109.459	553,6	4.47	1.15
2004	122.434	663,7	5.02	5.71
2005	126.677	882,4	0.01	3.16
2006	136.615	1088,7	2.01	3.96
2007	161.582	1366,5	6.74	6.09
2008	184.002	1636,0	6.00	5.16
2009	191.378	1577,2	-0.50	-0.2

FONTE: Elaboração própria com base em dados do IBGE/IPARDES

Na tabela 8 pode-se observar a participação do valor adicionado da indústria no Estado do Paraná, dividido por segmentos industriais. Em destaque pode-se ver a indústria automobilística com uma participação aumentada graças aos IDE's.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ESTADUAL – SEGUNDO OS PRINCIPAIS SEGMENTOS INDUSTRIAIS ESPECIALIZADOS DO PARANÁ – 1990 -2005

SEGMENTO	REGIÃO	PARTICIPAÇÃO VA ESTADUAL (%)			
		1990	1995	2000	2005
Automóveis, utilitários, Caminhões e ônibus Metropolitana	Metropolitana Sul - Curitiba	2,96	5,52	9,14	13,74
Autopeças	Metropolitana Sul Curitiba	4,12	3,09	3,67	4,89
Celulose, papel e papelão	Ponta Grossa - Castro	1,69	5,81	5,1	6,24
Celulose, papel e papelão	Guarapuava – Pitanga - Palmas	1,18	1,01	0,94	1,26
Embalagens de papel e papelão fertilizantes e defensivos	Ponta – Grossa - Castro	0	0	2,83	3,12
Fertilizantes e defensivos	Metropolitana Norte Paranaguá	0,23	0,57	1,82	2,21
Fertilizantes e defensivos	Londrina – Cambé	0,1	0,43	1,56	1,97
Fertilizantes e defensivos	Metropolitana Sul - Curitiba	1,36	1,45	1,46	1,65
Fertilizantes e defensivos	Ponta Grossa - Castro	0,44	0,11	0,61	0,84
Químicos diversos	Metropolitana Sul – Curitiba	1,69	1,94	1,69	1,79
Eletrônicos	Metropolitana Sul – Curitiba	1,3	1,25	2,15	2,64
Materiais Eletrônicos	Metropolitana Sul Curitiba	1,3	1,25	2,15	2,64
Equipamento para comunicação	Metropolitana Sul - Curitiba	2,34	5,99	1,37	3,65
Equipamentos para energia elétrica	Metropolitana Sul – Curitiba	0,52	0,96	0,86	1,18
Máquinas industriais e ferramentas	Metropolitana Sul - Curitiba	1,28	1,4	1,64	1,83
Equipamentos para instalações industriais, comerciais e mecânica diversas	Metropolitana Sul - Curitiba	4,11	1,67	1,84	2,21
Siderurgia, metalúrgica e Usinagem de metal	Metropolitana – Curitiba	1,56	1,25	1,45	1,68

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do IPARDES

O que se pode observar na tabela é que a participação da indústria automobilística no Estado fez o Valor Adicionado praticamente dobrar entre 1990, 1995 e entre 1995 e 2000. Isso se deve ao fato da instalação das montadoras no Estado ou seja aos IDE investidos na formação do pólo automobilístico. O Paraná a partir da década de 90 ganha destaque no cenário nacional confirmando a desconcentração industrial ocorrida nessa época.

A tabela 8 mostra o nível de participação de cada setor industrial no Valor Adicionado da Indústria no Estado. Esse valor segundo o IPARDES é calculado a partir do índice de contribuição que mostra a participação relativa de cada gênero num ano final comparado com a sua participação relativa num ano inicial, de modo a destacar os gêneros que, independentemente do seu tamanho absoluto na economia, tiveram um comportamento dinâmico ou estagnado.

## 6. CONCLUSÃO

Os IDE's atraídos para o Paraná, principalmente nas décadas de 90 e 2000 foram um fator de mudança da estrutura produtiva da região. Durante essas duas décadas os governos do Estado e municípios se esforçaram ao máximo ao construir infra-estrutura necessária criando condições favoráveis aos IDE. A importância dos IDE's nesse processo está diretamente ligada à formação do pólo automobilístico localizado na Região Metropolitana de Curitiba.

Assim como os estudos e pesquisas, apresentados no capítulo 3, destacaram, os IDE's se destinam a uma região se esta apresentar um diferencial em relação a outras regiões, e no Estado do Paraná este diferencial apresenta-se na forma de incentivos alfandegários, fiscais e maior infra-estrutura. No entanto estes diferenciais só podem ser aproveitados devido aos esforços já citados realizados pelo Governo do Estado.

No Paraná temos que os Investimentos Diretos Estrangeiros destinaram-se principalmente para os setores de Fabricação e montagem de veículos automotores e Telecomunicações, e os principais países de origem desse capital nos últimos anos são França, Países Baixos e Reino Unido.

Quanto as mudanças proporcionadas pelos IDE's pode-se relacionar o crescimento do PIB paranaense, visto que a entrada de IDE's proporcionou a instalação de grandes empresas, possibilitando assim um dinamismo maior da economia Paranaense. Além do crescimento do Valor Adicional da Indústria impulsionado principalmente pelo segmento de Fabricação e montagem de veículos automotores (um dos setores de maior destino dos IDE's no Estado).

## REFERÊNCIAS

ARBIX, G. **Políticas do desperdício e assimetria entre o público e privado na indústria automobilística**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, v. 17, n.48, fev-2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Câmbio e capitais estrangeiros**. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>> Acesso em: 21 out. 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHUDNOVSKY, D. (Org.) **Investimento externo no Mercosul**. Campinas: Papyrus, 1999.

CURADO, M. L. **Investimento estrangeiro direto e industrialização no Brasil**. Curitiba, 1997. Tese (Mestrado em desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná

GONÇALVES, R. et al. **A nova economia internacional**. São Paulo: Campus, 1998.

HENNINGS, K. **Os Fluxos de capitais externos para o Brasil e seus determinantes**: uma análise do período 1970-1995. São Paulo, 1996.

HYMER, S. **Empresas multinacionais**: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. v.3.

KENEN, P.B. **Economia Internacional**: teoria e política. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, P. B.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD M. **Economia internacional**. Teoria e política. 5 ed. Tradução: Celina M. R. Laranjeira. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LAPLANE , M.; SARTI, F. **Investimento Direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90**. IPEA, Brasília, n. 629. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 15 jun. 2010.

LESSA, C. **A estratégia do desenvolvimento, 1971/1976: sonho e fracasso**. E. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

LOURENÇO, G. M. **Resumo das Potencialidades do Paraná na atração de novas indústrias**. Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.16, n. 7/8, jun/ago 1994.

LOURENÇO, G. M. **A Economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: ED. Do Autor, 2003.

NOJIMA, D. **A conformação do parque automobilístico no Paraná**. Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v. 18, n.9/10, set/out, 1996.

POSSAS, M. L. **Empresas multinacionais e industrialização no Brasil**. In: BELUZZO, L. G. M.; COUTINHO,R. (Org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, 2 ed. São Paulo: Brasilienses, 1983.

RODRIGUES, D. A.; MELO L. P. A. Uma análise dos anúncios de investimentos em 2000: Aspectos Setoriais e regionais. BNDES, 2001.

SALMÓRIA, M. **Uma pesquisa sobre investimentos estrangeiros diretos no Brasil após o Plano Real**. Curitiba, 2002. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

SALVATORE, D. **Economia internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SILVA, A. **Economia internacional**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1981.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA. **Boletim da SOBEET**. Disponível em <<http://www.sobeet.com.br>> Acesso em: 21 out. 2010.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World investment report**. UNCTAD, 2000.